

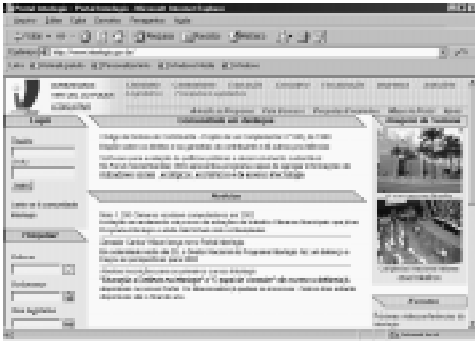
JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.441 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2002

Líderes questionam no TSE mudança nas regras eleitorais

PÁGINA 8



Interlegis vai mudar a comunicação no Legislativo

Ao inaugurar ontem o novo portal do Interlegis na Internet, o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson, afirmou que o programa vai revolucionar a comunicação do Legislativo no país. O Interlegis já montou estações de trabalho em todas as assembleias legislativas do Brasil, além de ter fornecido 1.250 computadores e 1.250 impressoras a municípios.

PÁGINA 6



Ademir Andrade: parecer favorável ao projeto que beneficia o empregado doméstico

CAS aprova 30 dias de férias para empregado doméstico

PÁGINA 3

Comissão de Segurança cria grupos para apressar votações

Objetivo é garantir que projetos consensuais sobre segurança pública que tramitam no Congresso sejam enviados rapidamente para aprovação de deputados e senadores. Comissão espera concluir trabalhos em 60 dias.

PÁGINAS 4 E 5

O senador Iris Rezende preside a reunião da Comissão Mista de Segurança, composta por 38 parlamentares



Proposta de flexibilizar leis trabalhistas mobiliza Senado

PÁGINA 3



O senador Ramez Tebet (E) recebeu ontem dirigentes da Força Sindical (na foto) e da CUT

Quarentena para novos ministros do Supremo é aprovada na CCJ

PÁGINA 8



Bernardo Cabral: medida retira cunho político das indicações para o STF

Requião defende recursos para as comissões

Presidente da Comissão Parlamentar Mista do Mercosul sugeriu que seja adotada resolução criando orçamentos modestos, mas capazes de dar autonomia a esses colegiados quando precisam, por exemplo, se deslocar de Brasília

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu ontem que a Presidência do Senado adote resolução criando orçamentos modestos mas capazes de dar autonomia às comissões, para que elas possam operacionalizar suas atribuições sem onerar a Mesa e sem enfrentar os trâmites burocráticos quando precisarem, por exemplo, deslocar-se de Brasília.

Ele argumentou que a Comissão Parlamentar Mista do Mercosul, que preside, deve ir neste domingo a uma reunião no Chile e, no entanto, os deputados e senadores que dela participarão até agora não têm certeza desse deslocamento, em razão dos trâmites burocráticos para a liberação dos recursos. Ele também disse que, entre 7 e 13 de março, haverá uma reunião da mesma comissão em Fortaleza e, mais uma vez, os parlamentares não sabem com a devida antecedência se irão.

Requião explicou que a Comis-

são do Mercosul é nômade e se incorpora ao organismo conjunto que compreende Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Ele disse que essa comissão está sempre se reunindo fora do Brasil, como acontecerá no próximo domingo, numa reunião do Parlamento Cultural do Mercosul, que amplia a participação de outros países na discussão de políticas de cultura.

Como presidente da comissão, Requião disse que trilha pesados caminhos burocráticos cada vez que esse órgão precisa se fazer representar num encontro internacional. Ele advertiu que, se o Brasil não comparece a esses eventos, "a Comissão Conjunta do Mercosul desaparece, porque ela tem encontros absolutamente necessários de seis em seis meses e outros mais freqüentes".

Requião reconheceu que a boa vontade da Mesa do Senado tem facilitado a participação da comis-



Segundo Requião, comissão não tem certeza de que poderá ir a reunião no Chile

são nos eventos em que ela é necessária, mas acentuou que os entraves burocráticos são sempre penosos. Ele ainda argumentou que a definição de um orçamento próprio para as comissões é uma prática dos parlamentos nos países mais avançados do mundo, como os Estados Unidos.

Alckmin pede nova regra para crédito externo

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, acompanhado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Pedro Piva (PSDB-SP), foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. Alckmin defendeu a aprovação pela Casa de resolução alterando a atual sistemática de concessão de financiamentos externos aos estados e ao Distrito Federal. A mudança permitirá que o estado de São Paulo capte recursos no valor de R\$ 1 bilhão, destinados à Linha 4 do Metrô, recuperação de rodovias e erradicação de cortiços.

Alckmin disse que Tebet mostrou-se sensível à argumentação apresentada porque a medida é do interesse de todas as unidades da Federação, facilitando a entrada de divisas para obras de infra-



Governador Geraldo Alckmin (C), acompanhado de Pedro Piva (E), disse no encontro com Ramez Tebet que medida é de interesse dos estados

estrutura a juros baixos. A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que deverá apreciar em breve parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre o assunto.

O governador aproveitou o encontro para apresentar ao presidente do Senado estatísticas que, segundo assegurou, demonstram que a onda de violência no estado está sendo superada.

Aprovada manifestação de pesar pelas mortes de Vavá e Zizinho

Os senadores aprovaram ontem requerimento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestando pesar pelas mortes dos jogadores de futebol Edvaldo Izídio Neto, o Vavá, e Thomaz Soares da Silva, o Zizinho. Serão enviadas condolências às suas famílias.

Vavá, que morreu no dia 19 de janeiro aos 67 anos no Rio, de parada cardíaca, foi bicampeão mundial pela Seleção Brasileira em 1958 e 1962. Já Zizinho, que também faleceu no início do ano aos 80 anos, disputou a Copa do Mundo de 1950.

O Plenário aprovou ainda pro-



Jogador Zizinho

jeto que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Liberdade a instalar uma rádio comunitária na cidade de Taubaté (SP).

Também foi acolhido requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) pedindo o envio, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de projeto que prevê financiamento para reparos de equipamentos agrícolas.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h30 — Recebe o senador Geraldo Althoff, acompanhado do deputado federal Barbosa Neto
11h — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
11h30 — Recebe o deputado Walter Feldman, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, acompanhado de líderes partidários
15h — Recebe comandantes-gerais das polícias militares
15h30 — Recebe o presidente da CGTB, Antonio Neto.

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 712/01, solicita a tramitação conjunta das PECs nºs 18 e 26, de 2001, por versarem sobre matéria correlata.

COMISSÕES

11h — Comissão Mista de Segurança
Pauta: reunião ordinária. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

Tebet: ainda é cedo para se fazer composição

Ao falar sobre a posição de seu partido, o PMDB, no quadro sucessório, o presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que "ainda não está na hora de se fazer uma composição, até porque as prévias continuam marcadas, mas é claro que no pluripartidarismo sempre haverá composições, ainda que em segundo turno".

Tebet não quis falar sobre as consequências da prisão do ex-senador Jader Barbalho com relação à imagem do partido. "Este caso já está entregue à Justiça e eu não tenho mais nada que falar", afirmou.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Empregado doméstico pode ter 30 dias de férias

Além do projeto do senador Osmar Dias, Comissão de Assuntos Sociais aprova a proposta de Luiz Pontes que amplia o benefício do salário-maternidade para as mães de filhos prematuros

Comissões vão debater flexibilização da CLT

As Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promoverão audiência pública conjunta terça-feira, dia 26, sobre o projeto que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os presidentes das duas comissões, senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM), decidiram convidar para a

audiência os presidentes do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto; da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Hugo Cavalcanti Melo Filho; da Confederação Nacional do Comércio, Antonio José Domingues de Oliveira Santos; da Central Única dos Trabalhadores, João Antonio Felício; e da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva.

Dutra critica propaganda a favor da mudança

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou em Plenário a campanha publicitária do governo a favor do projeto de lei em tramitação no Senado que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Publicada nos principais jornais, a propaganda, disse, fere a Constituição por não ser de caráter informativo, educativo ou social.

A propaganda contou com o apoio de dois sindicalistas que, de acordo com Dutra, "se prestaram ao triste papel de garotos-propaganda do governo". Segundo o senador, os dois sindicalistas aparecem numa parte da peça publicitária que não é assinada por nenhum órgão do governo. Para o parlamentar, "fica comprovada a intenção do Executivo de passar a impressão de que o projeto conta com o apoio de diferentes segmentos da soci-



Para Dutra, campanha do governo a favor da flexibilização da CLT fere a Constituição

idade, o que não é verdade".

Defensor da tese de que o governo deveria retirar o pedido de urgência do projeto para facilitar a discussão, Dutra afirmou que a proposta não conta sequer com consenso da base governista. Por essa razão, disse, será rejeitado.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou compartilhar a opinião de Dutra. Para ela, a propaganda do governo é "prova de um comportamento pouco ético e juridicamente insustentável".

Em sua primeira reunião de 2002, realizada na manhã de ontem, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, entre outras matérias, dois projetos de interesse do trabalhador. Um deles altera a lei específica sobre o empregado doméstico, fixando em 30 dias o período de férias desse profissional, e o outro amplia o benefício do salário-maternidade para as mães de filhos prematuros.

O projeto que trata das férias do empregado doméstico, de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) e que recebeu relatório favorável do senador Ademir Andrade (PSB-PA), foi aprovado por unanimidade na comissão. Ele estende àquele profissional o direito dos demais trabalhadores de usufruir férias remuneradas de 30 dias – atualmente, são 20 dias úteis. Estabelece também o direito ao abono pecuniário de 30% sobre o valor do salário e ainda o direito às férias proporcionais.

– Esse projeto vai corrigir uma injustiça que se pratica com o trabalhador doméstico, que não tem,



Comissão de Assuntos Sociais aprovou os projetos em decisão terminativa: se não houver recurso, serão enviados logo à análise dos deputados

na legislação, tratamento igualitário ao dos demais trabalhadores – afirmou Osmar.

Outra matéria aprovada, apresentada por Luiz Pontes (PSDB-CE), recebeu substitutivo do relator, Tião Viana (PT-AC), e pretende alterar a legislação atual para ampliar o período e, conseqüentemente, o valor da licença-maternidade concedida às mães cujos filhos nascerem prematuros.

Tião Viana explicou que, em termos médicos, é considerado de

termo o bebê nascido a partir da 37ª semana gestacional, e são julgados prematuros os nascidos antes disso. O projeto prevê que as mães de prematuros terão direito aos quatro meses de licença-maternidade regulares, prazo que será acrescido das semanas restantes para a criança chegar às 37 semanas de gestação.

Os dois projetos receberam decisão terminativa, o que dispensa seu exame pelo Plenário, exceto se houver recurso.

Senadores discutem cirurgias plásticas

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram na reunião de ontem requerimento do vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), que pede a realização de audiência pública com representantes da classe médica destinada a debater as normas de segurança e fiscalização das cirurgias plásticas.

Jucá citou os recentes casos de mortes em decorrência de operações plásticas feitas pelo médico Marcelo Caron para exemplificar o descontrole sobre esse setor.

O senador adiantou também que pretende debater com os representantes do Conselho Regional de Medicina de Goiás e da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, convidados para a reunião, a atual legislação sobre o setor, que existe há 40 anos.

Outro requerimento aprovado, de Moreira Mendes (PFL-RO), solicita a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para debater o projeto de lei que flexibiliza as regras da Consoli-

dação das Leis do Trabalho, que tramita em regime de urgência e do qual o senador é relator.

Projeto relatado por Mauro Miranda (PMDB-GO) que institui o Cadastro Nacional de Moradia e projeto de Sérgio Machado (PMDB-CE) que trata dos estágios de estudantes de ensino profissionalizante receberam pedidos de vista. Já a proposta da Câmara que cria os conselhos de despachantes documentalistas será previamente analisada pela CCJ, a pedido do relator, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS).

Tebet recebe líderes da CUT e Força Sindical

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem representantes de duas centrais sindicais para debater o projeto que flexibiliza as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, posicionou-se favoravelmente à flexibilização. Para ele, o projeto favorece os sindicatos e não tira direitos de ninguém. "A flexibilização fortalece os sindicatos e assim os trabalhadores ganharão", disse.

O representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, se posicionou contrário ao projeto e afirmou que a CUT promoverá uma greve geral no dia 21 de março para protestar. João Felício informou que o projeto deverá ser votado em 40 dias, de acordo com Tebet.

O presidente da CUT disse que a entidade deverá entrar com representação no Ministério Público contra o governo federal por veicular na TV anúncios defen-

dendo a flexibilização da CLT antes mesmo de a matéria ser debatida no Senado. A CUT considera esse um "péssimo uso de verbas públicas".

O senador Moreira Mendes (PFL-RO), relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), participou da visita feita pelo presidente da Força Sindical. Moreira Mendes afirmou que o Senado pretende tratar do assunto com a maior clareza possível, debatendo-o com espírito democrático.



Ramez Tebet (ao centro) recebe o presidente da CUT (D) acompanhado pelos senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido

Comissão de Segurança quer agilizar atividades

Foram criados sete grupos de trabalho para acelerar a discussão das propostas em tramitação que visam combater a violência no país

A Comissão Mista de Segurança Pública, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), criou sete grupos de trabalho para agilizar as discussões das propostas que tramitam no Congresso sobre segurança pública e apresentar suas conclusões no prazo de 60 dias. Os 38 deputados e senadores integrantes da comissão serão divididos entre os grupos que elaborarão sub-relatórios. A ideia é que as propostas consensuais tenham prioridade de votação e sejam enviadas rapidamente para as Mesas de cada Casa do Congresso.

Um dos grupos vai discutir propostas relacionadas com os crimes dolosos contra a vida e o patrimônio. A ideia é criar formas de coibir os delitos de maior potencial ofensivo, como o seqüestro e o homicídio. O relator pretende que seja



A Comissão Mista de Segurança Pública é presidida por Iris Rezende (D), tendo ao lado Artur da Távola (C), vice-presidente, e João Alberto Souza

discutido neste grupo o agravamento das penas para quem se utiliza de menores para o cometimento de crimes.

Outro grupo de trabalho discutirá a reforma da Lei de Execução Penal, o sistema penitenciário e o crime organizado dentro dos presídios. Um grupo se dedicará às propostas sobre repressão ao crime organizado, ao narcotráfico e

à lavagem de dinheiro. Também haverá um grupo para tratar de mecanismos de agilização do processo penal.

Por proposta do relator, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), será instituída subcomissão para analisar a estrutura da segurança pública.

Deputados e senadores também irão discutir ações preventivas na área de segurança pública, incluindo a restrição à venda, porte e uso de armas e a adoção de penas alternativas. Neste mesmo grupo de trabalho serão discutidos os crimes cometidos via Internet. Por último, será criado um grupo para analisar os planos de governo para a área e indicar recomendações de medidas administrativas ao governo federal. A comissão volta a se reunir hoje, 11h, para definir a composição de cada grupo.

Grupos de trabalho da Comissão Mista de Segurança

- Ações preventivas
- Agilização do processo penal
- Estrutura da segurança pública
- Crimes dolosos contra a vida e patrimônio
- Lei de Execução Penal, sistema penitenciário e crime organizado dentro de presídios
- Crime organizado, narcotráfico e lavagem de dinheiro
- Programas, planos e recomendações ao governo federal

Moreira defende combate à exclusão social

O combate à pobreza e a adoção de políticas de desenvolvimento econômico são medidas fundamentais para a redução dos atuais índices de violência, afirmou ontem o senador Moreira Mendes (PFL-RO), um dos integrantes da Comissão Mista de Segurança Pública. O senador reconheceu a importância do reaparelhamento das polícias e da melhoria salarial dos efetivos, mas ressaltou a necessidade de se oferecerem alternativas de sobrevivência para milhões de brasileiros excluídos.

— Isso só será possível com o desenvolvimento econômico, com a geração de empregos, com a adoção de uma política social que não fique limitada aos discursos

e aos gabinetes, e com o combate à exclusão social e à absurda distância entre ricos e pobres — disse o senador, autor de projeto que cria o Fundo Nacional de Segurança Pública, destinado à modernização, aparelhamento e melhoria da capacitação profissional nas polícias.

Como exemplo de projeto indutor do desenvolvimento econômico e, portanto, capaz de gerar empregos e diminuir os índices de violência, Moreira Mendes citou a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. O



Projeto de Moreira Mendes cria fundo para segurança pública

senador lamentou que o projeto venha sendo combatido por organizações não-governamentais ambientalistas que, segundo ele, se prestam a interesses de grupos que pretendem lucrar com o fornecimento de gás.

— O gás a um custo baixo substituirá uma usina termelétrica a diesel e possibilitará um avanço sem igual para Rondônia. O resultado será a melhoria das condições de vida, geração de emprego, renda e divisas para o estado reuplicar em prol de seus cidadãos — afirmou.

Emilia pede amplo debate sobre causas da violência

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) disse que é necessário haver um amplo debate sobre segurança, envolvendo o Congresso, o presidente da República, governadores, policiais militares e civis, movimentos populares e membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para

que sejam implementadas políticas públicas com o objetivo de reduzir os níveis de violência no país.

— Ainda atônita sob o impacto da brutal execução do prefeito de Santo André, Celso Daniel, a sociedade brasileira se vê, pela força dos fatos, impelida a fazer uma reflexão coletiva no sentido de reavaliarmos nossos valores, nossa estrutura social, nosso modelo econômico, nossa concepção de humanismo e tantas outras indagações que povoam nossas consciências — disse.



Emilia Fernandes defende esforço para pôr fim à exclusão social

Quanto às questões estruturais de médio e longo prazos, observou, é preciso admitir que o modelo econômico liberalizante que delega todas as decisões ao mercado está “definitivamente falido”. Para a senadora, as recentes ameaças e os assassinatos de lideranças petistas transcendem o seu

alvo inicial, pois atingem o estado democrático de direito.

— Precisamos ter presente que tão importante quanto declararmos guerra ao crime organizado é lutarmos pelo fim da exclusão social, pois ambos são dois lados de uma mesma moeda, moeda esta advinda de um modelo econômico que impõe a coexistência pacífica entre uma das maiores concentrações de renda do mundo e um dos maiores índices de pessoas famintas do planeta — afirmou.

Nabor Júnior propõe plebiscito sobre a unificação das polícias

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apresentou projeto de decreto legislativo propondo a realização de um plebiscito, simultaneamente às eleições gerais, para ouvir o eleitorado sobre a unificação ou não das polícias civil e militar. Para ele, a população pode e deve opinar sobre um

tema que lhe diz respeito diretamente.

Segundo Nabor Júnior, “os aços dados de sempre protestarão”, opinando que outubro está muito longe, enquanto os defensores das corporações tentarão, de todas as formas, impedir um veredicto contrário a seus interesses. A opinião do senador acreano, no entanto, é de que este é o tempo mínimo para que se mude, radicalmente, um sistema dúplice que remonta a séculos, ou para que a coletividade se decida por sua manutenção.

O senador afirmou que haverá muito trabalho para o Congresso em 2002, mesmo sendo um ano eleitoral. Entre as prioridades, citou questões como a prorrogação



Conforme Nabor, plebiscito seria durante eleições deste ano

da vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), essencial para o fechamento das contas do corrente exercício, bem como para garantir estabilidade na passagem de poder ao novo presidente da República, em 1º de janeiro de 2003. Também rele-

vante para acabar com a guerra tarifária entre os estados é a unificação das leis tributárias que regem o atual ICMS, se acordo com o senador.

Para ele, são inadiáveis as votações sobre a regulamentação do sistema financeiro, bem como dos projetos que dispõem sobre a segurança pública, a regulamentação da titularidade das ações de saneamento básico e a alteração do Estatuto do Índio.

Conforme Nabor Júnior, exigirão responsabilidade e firmeza em sua apreciação os projetos que propõem a valorização dos acordos trabalhistas coletivos e a instituição da previdência complementar para os servidores públicos.

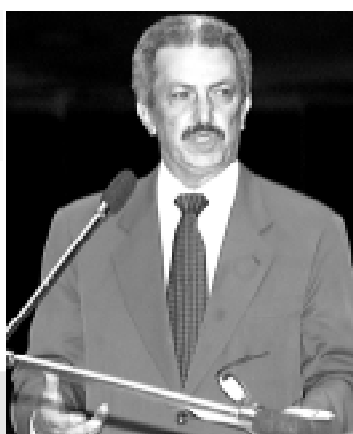
Tuma defende melhores condições para o policial

Na opinião do senador, para resolver os problemas de segurança é preciso “investir no homem de polícia”, possibilitando seu aprimoramento permanente, o exercício das funções com honradez e uma vida digna

Resolver a questão da corrupção nas polícias com a criação de condições para que a profissão de policial seja exercida com maior dignidade foi uma das propostas apresentadas pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) para começar a resolver os problemas que o Brasil vem enfrentando na área da segurança pública. Ele lembrou que esse assunto foi tratado na última reunião da Interpol, realizada em outubro do ano passado.

Na avaliação de Tuma, o policial vem perdendo sua auto-estima devido à falta de estímulo para exercer a função. Ele alertou para a necessidade de resolver o problema da ausência de reconhecimento da atividade e até da questão salarial.

— Temos que investir no homem



Romeu Tuma diz que o policial brasileiro vem perdendo sua auto-estima

de polícia, dando-lhe melhor preparo, aprimorando-o permanentemente e oferecendo condições para que se atualize nos novos métodos de investigação e segurança. Também precisamos dar condições para

que o policial possa exercer suas funções com honradez e honestidade, para que viva com dignidade e não precise morar vizinho a criminosos e quadrilheiros — afirmou.

Em aparte, o senador Maguito Vilela opinou que o problema social é a maior causa da violência e da criminalidade no Brasil. Ele considera impossível não haver violência em um país que tem 50 milhões de habitantes vivendo em condições consideradas abaixo da linha de pobreza, sendo que, destes, 23 milhões sequer têm emprego, casa ou qualquer perspectiva de vida.

IMPUNIDADE

Já o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) usou sua experiência como governador de Mato Grosso para sugerir ações que podem resolver o problema da segurança. Ele lembrou que, quando assumiu o go-

verno, o estado vivia um caos nessa área. “Acabei com a impunidade na polícia, os maus policiais foram expulsos e passamos a pagar o maior salário que um policial recebia, na época, no Brasil”, enumerou.

Para o senador Moreira Mendes (PFL-RO), a questão da remuneração e das condições de sobrevivência dos policiais é fundamental. Ele informou ter recebido um telefonema do secretário de Segurança do seu estado pedindo apoio para que a Caixa Econômica Federal viabilize recursos para que os policiais possam adquirir casa própria.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) descartou que a má distribuição de renda e o desemprego sejam as causas predominantes para a violência. “O grande problema da segurança está na formação do aparelho policial.”

Freire propõe estatização da indústria de armas

Em nome do PPS, o senador Roberto Freire (PE) apresentou ontem proposta de emenda constitucional que determina que a exploração de armas de fogo é privativa da União, estabelece a estatização da indústria de armamentos e proíbe a comercialização desse tipo de produto. O senador considera que o quadro de violência que o país vive exige ousadia na solução do problema. Como a PEC recebeu 27 assinaturas de apoio no Plenário, já será encaminhada à Comissão Mista de Segurança para ser examinada, anunciou o senador.

Freire disse que a violência está diretamente vinculada à posse de arma e a medida poderia evitar muitos crimes fúteis. Embora reconhecendo que os criminosos adquirem suas armas de forma ilícita, o senador ressaltou que a proposta define a posse de arma como crime e visa diminuir principalmente as estatísticas de violência que ocorrem no seio familiar.



Freire: violência está vinculada à posse de arma

Jucá quer facilitar investimento dos municípios em segurança

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), comunicou ao Plenário ontem que encaminhou ofício ao deputado Moroni Torgan (PFL-CE), relator da Comissão Mista de Segurança, pedindo o exame de projeto de sua autoria que estabelece isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos produtos adquiridos pelos órgãos de segurança pública dos municípios. Jucá explicou que hoje já contam com essa isenção os órgãos

de segurança da União, dos estados e do Distrito Federal, e que sua proposta visa estender a medida aos municípios.

Segundo o senador, o objetivo é proporcionar aos municípios condições de aquisição de equipamentos visando à melhoria da segurança. Jucá argumenta que as guardas municipais devem ser dotadas de um aparelhamento moderno e suficiente para suprir as deficiências dos estados.

O senador lembra que os orça-



Romero Jucá enviou ofício a Moroni Torgan pedindo o exame de seu projeto

mentos municipais, na maioria dos casos, são muito reduzidos, fator determinante que dificulta a aquisição de equipamentos.

Osmar pede estímulo ao primeiro emprego

O senador Osmar Dias (PDT-PR) comunicou ao Plenário ontem que vai solicitar a inclusão do projeto de sua autoria que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego entre os que serão debatidos pela Comissão Mista de Segurança. A proposta tem o objetivo de proporcionar oportunidades de trabalho à população compreendida entre 14 e 18 anos.

O projeto estabelece que o empregador que admitir jovens nessa faixa etária terá a isenção de encargos sociais como o pagamento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) relativos ao empregado contratado. Em compensação, terá



Osmar Dias pretende abrir oportunidades de emprego e afastar o jovem da marginalidade

de matricular o jovem em curso profissionalizante.

Para Osmar Dias, a aprovação da matéria traria duas contribuições: abriria oportunidade de emprego para aproximadamente dois milhões de jovens e os afastaria da margina-

lidade e da violência. Além disso, acrescentou, por meio do curso profissionalizante esses jovens adquirirão qualificação para exercer atividades melhor remuneradas.

Osmar Dias lembrou que seu projeto, apresentado em 1995, foi aprovado por unanimidade pelo Senado e enviado à Câmara dos Deputados “onde se encontra engavetado desde então”. Ele manifestou sua satisfação pelo fato de o presidente Fernando Henrique Cardoso haver anunciado, na *A Voz do Brasil*, a disposição de implantar o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego, “apesar de o presidente ter me prometido que iria fazê-lo ainda no seu primeiro mandato”, disse.

Para Geraldo Melo, questão é de defesa nacional

O problema da falta de segurança deve ser tratado como questão de defesa nacional, afirmou ontem o senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Para ele, em lugar da discussão sobre o desarmamento da sociedade,

como quer a proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), o mais importante é encontrar informações de como se organizam os grupos criminosos.

— De 1945 até

1995, houve 168 importantes conflitos no planeta, dos quais apenas 32 foram entre Estados diferentes. A nossa política de defesa tem que estar voltada para aquilo que ameaça as instituições nacionais, venha de fora ou de dentro do Brasil — destacou.

Com a ressalva de que falava em seu próprio nome e não como líder do PSDB, o senador disse que está na hora de se estabelecer a conexão entre o problema de insegurança em que o país está mergulhado e a questão da defesa das instituições.

Melo considerou prioritário as autoridades responsáveis indagarem sobre quais as conexões entre grupos como o PCC e o Comando Vermelho e o que eles fazem com os carros que roubam, as jóias que tomam dos cidadãos nas ruas e as cargas que assaltam nas estradas. O que está faltando é informação como base de uma política de segurança, afirmou.

Por trás do aparecimento da queles grupos, Melo acredita que estão sendo criadas estruturas à margem e contra o Estado, ameaçando a própria soberania nacional. Para o senador, a proposta de Roberto Freire pode ser considerada “ousada, inteligente e bem-intencionada”, mas, caso venha a ser aprovada, pode criar expectativas e frustração.

— O que vai se alterar é que a sociedade estará desarmada e os bandidos estarão armados — disse ele.



Melo aponta falta de informação para basear política de segurança

Interlegis revoluciona comunicação, diz Wilson

Ao inaugurar novo portal do programa, primeiro-secretário do Senado observa que nenhum Parlamento do mundo possui estrutura desse sistema virtual, que reúne Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras de vereadores

O programa Interlegis vai revolucionar a comunicação do Legislativo em todo o país, dando uma sólida contribuição para que a sociedade conheça melhor esse poder que a representa, disse ontem o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), ao inaugurar o novo portal do programa, em solenidade transmitida pela Internet.

Coordenado pelo Senado, o programa já montou estações nas assembleias legislativas das 27 unidades da Federação, fornecendo 1.250 computadores e 1.250 impressoras para os municípios que não tinham condições materiais de conectar-se à Internet e ao sistema Intranet criado pelo Senado.

— Nenhum Parlamento do mundo possui a estrutura que nós possuímos, formando um verdadeiro Legislativo virtual, reunindo o Congresso Nacional, todas as assembleias legislativas, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e, até agora, mais de 600 câmaras de vereadores, envolvendo mais de 19 mil parlamentares — disse Carlos Wilson.

Por meio desse programa, os parlamentos de todo o país vão poder trocar experiências e informações entre si, de modo a que cada um possa aprimorar o seu trabalho e também receber uma maior colaboração de toda a sociedade, já que o portal do Interlegis pode ser acessado por qualquer pessoa, pelo endereço



Carlos Wilson, entre o diretor-executivo do Prodasen (E) e o diretor do Interlegis, fala durante a inauguração do novo portal do programa

www.interlegis.gov.br. Os legislativos brasileiros, segundo Carlos Wilson, “vão ganhar inigualável transparência”, o que irá favorecer aos eleitores na fiscalização do trabalho dos seus representantes.

CONTRIBUIÇÃO

Carlos Wilson informou que, nos próximos dias, seis seminários e 12 videoconferências serão promovidos com o objetivo de se discutir a essência do programa e de buscar contribuições ao seu aperfeiçoamento.

O diretor da Coordenação Especial do Interlegis, Alexandre Damasceno, informou que o programa, que poderá investir até US\$ 50 milhões, já atingiu um terço do previsto. Metade desses recursos vem de financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cabendo a outra metade ao Tesouro Nacional.

O editor do portal do Interlegis, jornalista Carlos Setti, explicou que o novo site está dividido nas áreas de Comunidade, Comunicação, Educação, Processo Legislativo, Fiscalização, Legislação, Governo, Cidadania e Jurisprudência. Ele também confirmou que o presidente do Senado, Ramez Tebet, estará no dia 26 em Campo Grande (MS), onde ocorrerá o primeiro seminário regional do Interlegis. Os outros seminários acontecerão a cada 15 ou 20 dias em Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ) e Recife (PE), fechando-se o ciclo em Brasília, com um seminário nacional.

As pessoas que quiserem mais informações sobre os seminários do Interlegis podem entrar em contato com os seus organizadores, pelo endereço informa@interlegis.gov.br, ou pelo telefone (61) 311-2556.

Senado vai continuar economizando energia

O senador Carlos Wilson (PTB-PE), primeiro-secretário da Casa, disse ontem que, mesmo após o governo anunciar formalmente o fim do racionamento de energia elétrica, previsto para o dia 28, o Senado vai continuar engajado num programa próprio de economia, já que os problemas básicos que geraram a ameaça do apagão ainda não estão superados. “Entendo que é um dever do Senado Federal dar o exemplo a toda a nação, mostrando que nós precisamos continuar economizando energia elétrica”, frisou.



De acordo com Carlos Wilson, no auge da crise no fornecimento de energia elétrica, em 2001, o Senado chegou a economizar até 40% do seu consumo habitual. Nos próximos dias, o senador disse que pretende se reunir com diversos setores técnicos da Casa, para trocar idéias e colher sugestões que possam resultar num programa próprio de economia de energia. Como exemplo de medida concreta que pode ser adotada, lembrou que o sistema de ar condicionado do Senado não necessita ficar ligado ao longo de todo o horário de trabalho, mas somente nos ho-

rários em que a temperatura é mais elevada. “Isso, aliás, pode ser adotado em todas as repartições públicas”, ponderou.

Ele disse ser evidente que a crise de energia elétrica vivida pelo Brasil foi provocada efetivamente por falta de investimentos do governo no setor. O aspecto positivo do episódio, na sua opinião, foi exatamente o de engajar todo o país e toda a sociedade brasileira num movimento contra o desperdício de energia elétrica.

— Entendo que, a partir de agora, depois de tudo o que passamos, o desperdício de energia elétrica vai ser evitado por todos em todo o território nacional. E o Senado está pronto para dar o exemplo — observou.

Emilia defende melhoria de relações com as duas Coreias

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) defendeu ontem o incremento dos “atos negociais e políticos” entre o Brasil e as Coreias do Sul e do Norte. A senadora, que preside o Grupo Parlamentar Brasil/Coreia, relatou em Plenário sua terceira viagem à Coreia do Norte, realizada este mês.

A representante do Rio Grande do Sul informou ao Plenário ter tido a honra de proferir o discurso de abertura do evento “Encontro para Celebrar o Sol do Século 21”, na capital, Pyongyang. O evento, que coincidiu com a celebração do ano novo oriental, teve entre seus objetivos comemorar o aniversário de Kim Jong Il, líder máximo daquele país.

Na qualidade de vice-presidente do Comitê Latino-Americano e do Caribe para Reunificação da Coreia, coube também à senadora realizar o discurso de encerramento do fórum internacional, do qual participaram delegações de 40 países de todos os continentes, exceto a Oceania.

DIFAMAÇÃO

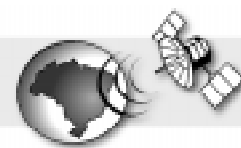
Emilia condenou a “insidiosa campanha difamatória patrocinada

por interesses eleitoreiros do atual presidente dos Estados Unidos (George W. Bush)” contra a Coreia do Norte. Citou artigos publicados em jornais europeus evidenciando “a indução orquestrada pelo governo Bush para que o povo americano se sinta em guerra e que atue de maneira simplista, elegendo inimigos no exterior para destruí-los”.

A senadora observou que a divisão da Coreia foi imposta pelas potências mundiais ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Depois veio a Guerra da Coreia (1957) — vitimando 3 milhões de coreanos —, que culminou com o estabelecimento na Coreia do Sul, pelos Estados Unidos, da maior base nuclear de todo o Extremo Oriente. Mais recentemente, acrescentou, o Japão cogita mudar sua Constituição, permitindo que o país possa novamente desenvolver ações bélicas.

— A prioridade que o governo socialista da Coreia do Norte vem dando à valorização, aperfeiçoamento e qualificação de suas Forças Armadas se impõe como imperativo de sua sobrevivência como nação livre.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Analfabetismo Funcional
7h30 — *Entrevista* — O senador Pedro Piva faz balanço das atividades parlamentares
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Prevenção do câncer de mama
9h — *As Cores do Mundo* — Programa nº 13
9h30 — *Entrevista* — O senador Roberto Freire fala sobre segurança pública
10h — Sessão Plenária (vivo)
14h — *Entrevista* — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a violência no Brasil
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Entrevista* — O senador Roberto Freire fala sobre segurança pública
19h — *As Cores do Mundo* — Programa nº 13
19h30 — *Cidadania* — Ética na política
20h30 — *Entrevista* — O senador Geraldo Cândido fala sobre a flexibilização da CLT
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
9h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes nomes da música brasileira pré-bossa nova
10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
13h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes nomes da música brasileira pré-bossa nova (reapresentação)
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reapresentação)
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviços
20h30 — *Chão de Estrelas* — Os grandes nomes da música brasileira pré-bossa nova (reapresentação)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Improviso*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Tião Viana cobra demarcação de todas as terras indígenas

Senador lembra o tema da Campanha da Fraternidade deste ano e diz que o governo não se empenha em fazer cumprir a Constituição

Aproveitando o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, Fraternidade e Povos Indígenas – Por uma Terra sem Males, o senador Tião Viana (PT-AC) cobrou do governo federal a demarcação de todas as terras indígenas. A União deveria, conforme o previsto na Constituição, concluir a demarcação em cinco anos, lembrou o senador.

– Mas, passados mais de 13 anos da promulgação de nossa Lei Maior, ainda não se cumpriu o nela previsto. É notória a falta de empenho do governo em fazer cumprir as determinações constitucionais – criticou.

Em seu pronunciamento, feito ontem no Plenário, Tião Viana citou números sobre a demarcação das terras. Segundo ele, das 441 áreas indígenas já identificadas pela Funai, apenas 273 foram demarcadas, num total de quase 73 milhões de hectares. Para o senador petista, a situação é um “contra-senso,



Segundo Tião Viana, os indígenas estão em estado humilhante

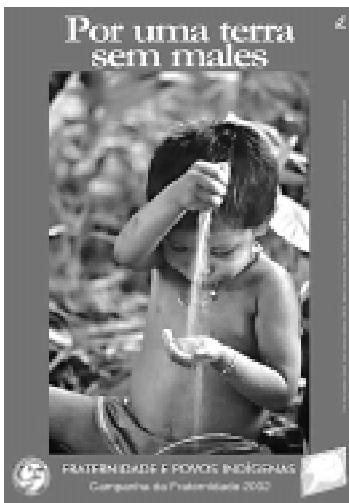
uma barbaridade cometida contra os antigos donos do imenso território nacional”.

Tião Viana disse que “os legítimos donos da terra estão em estado humilhante, que configura a tutela debaixo da qual são obrigados a permanecer”. Além de devolver parte das terras aos antigos donos, segundo Tião Viana, a de-

marcação é necessária para garantir a preservação cultural das populações indígenas.

– Seria uma violência imensurável a integração forçada dos índios à sociedade, como organizada pelo homem branco, devido à brutal dessemelhança dos costumes e tradições – avaliou.

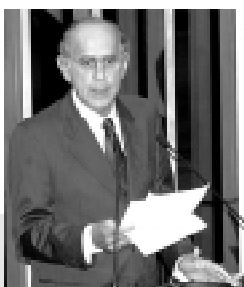
Acusando o governo Fernando Henrique Cardoso de omissão na questão indígena como um todo, o senador apresentou dados estatísticos que dão conta de que, proporcionalmente à duração do governo, o atual presidente, “contrariando as expectativas que existiam em relação à sua formação de sociólogo”, demarcou menor área para as populações indígenas que o ex-presidente Fernando Collor. A política indigenista oficial, afirmou o senador, “continua fiel aos invasores dos povos indígenas”.



Na opinião do parlamentar, um aspecto da campanha que merece destaque é o esforço da CNBB para garantir a demarcação das terras indígenas. Mauro Miranda lembrou que, embora a Constituição de 1988 tenha previsto a regularização das terras indígenas num prazo de cinco anos, até agora mais de 60% delas ainda não foram demarcadas.

Mauro elogia campanha da CNBB por destacar a questão do índio

A campanha coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), intitulada Fraternidade e Povos Indígenas, motivou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a estabelecer ontem comparação entre a violência da qual os índios foram vítimas e a que assola a sociedade nos dias de hoje.



Mauro: insegurança de hoje revive terror sofrido pelos indígenas

Na visão do senador, a insegurança vivida pelas pessoas que moram nos grandes centros recapitula um pouco do terror sofrido pelas tribos indígenas que foram dizimadas pelos colonizadores.

– A dívida social acumulada nestes 500 anos e que agora cobra sua hipoteca, sob a forma de assassinatos, assaltos, seqüestros e demais atentados à integridade física e moral de todos os brasileiros, tem no indígena o seu maior credor – afirmou.

Mauro Miranda acredita que a iniciativa da CNBB proporcionará aos fiéis a oportunidade de analisar a questão do índio na sociedade brasileira e a sua luta pela sobrevivência. Só dessa forma, acredita ele, toda a sociedade poderá valorizar a cultura das minorias marginalizadas.

Suplicy é eleito para liderança do PT

O senador Eduardo Suplicy (SP) é o novo líder do PT no Senado. O senador José Eduardo Dutra (SE) informou, na sessão plenária de ontem, que a bancada petista escolheu, por unanimidade, o nome de Suplicy para desempenhar a função de líder do PT durante o ano de 2002.

Suplicy, indicado líder do partido pela terceira vez, estava no Rio de Janeiro, em um ato nacional em comemoração aos 22 anos do PT, enquanto Dutra fazia o comunicado ao Plenário. Também foram escolhidos os senadores Geraldo Cândido (RJ) e Emília Fernandes (RS) como vice-líderes.



Suplicy foi escolhido por unanimidade pela bancada petista

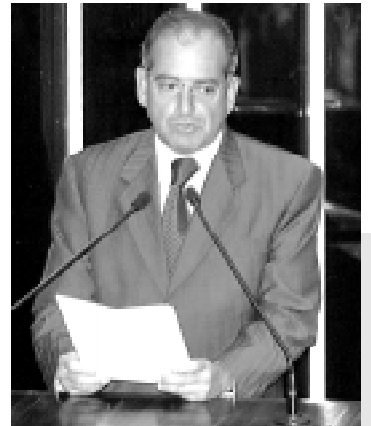
Antonio Carlos Júnior quer punir corrupção no DNER

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) ocupou a tribuna ontem para cobrar providências do Poder Executivo em relação às denúncias de corrupção no antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Para o senador, as mudanças no órgão, que este mês passou a se chamar Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), não representaram a punição dos responsáveis pelo desvio de recursos públicos, denunciados por seu pai, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, ainda em 1999.

Antonio Carlos Júnior lembrou relatório da Advocacia Geral da União que, segundo ele, dá conta de um rombo de R\$ 120 milhões no DNER por causa do pagamento de precatórios superestimados. De acordo com o senador, o Executivo não deu a devida punição aos culpados pelas irregularidades. “Teria sido nomeado para dirigir o novo órgão um servidor intimamente ligado ao ex-ministro dos Transportes Eliseu Padilha. O mesmo ministro que é acusado de liderar o esquema dos precatórios”, afirmou.

SEGURANÇA

O senador saudou, por outro lado, a criação, pelo Congresso, da Comissão Mista de Segurança, e relacionou a violência à impunidade e à corrupção no serviço público. “A impunidade é o mal maior a ser extirpado, pois promove



Antonio Carlos Júnior diz que governo se mostra “tímido” em relação às denúncias sobre o DNER

e incentiva a criminalidade em todos os níveis. É o elo que reúne suas diversas formas, alimenta e estimula a violência e a corrupção”, declarou. Para ele, violência e crimes do colarinho-branco devem ser combatidos “com igual destemor”.

Antonio Carlos Júnior aludiu a outro escândalo também trazido à tona por seu pai: o da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Segundo ele, diferentemente dos problemas no DNER, sobre os quais “o governo federal se mostra tímido em fazer a sua parte”, no caso da corrupção na Sudam, “o Ministério Público e a Justiça vêm respondendo com trabalho e com investigações, e o resultado tem sido ações que poucos acreditavam possíveis”.

Maguito Vilela aponta péssimo estado das rodovias federais

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) condenou o estado lastimável em que se encontram as estradas brasileiras, em especial as federais. Segundo ele, não há sinalização, os buracos não são tapados nem o asfalto recapeado. Quem transita por elas tem o veículo arrebentado, quando não sai ferido ou morto em acidentes, observou.

Ao percorrer, no fim da semana passada, quatro estradas federais, Maguito disse ter ficado envergonhado e temeroso de que alguém o tivesse reconhecido como senador para lhe pedir contas de ações que o Senado deveria ter tomado para socorrer o sistema viário do país. Maguito ressaltou que não são somente as estradas que estão matando no Brasil.

– A dengue está ganhando a



Para Maguito Vilela, “o Brasil está sem governo, muitos estados estão sem governo”

guerra contra a população, o crime organizado está vencendo as forças de repressão. O Brasil está sem governo, muitos estados estão sem governo, essa é a dura realidade brasileira – concluiu o senador por Goiás.

CCJ aprova quarentena para ministros do STF

Segundo emenda de José Eduardo Dutra, só será indicado quem não houver exercido mandatos como de presidente da República e parlamentar federal, nem presidido a OAB ou Procuradoria Geral da República nos últimos três anos

Os futuros ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deverão ser escolhidos entre cidadãos com mais de 35 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, e que tenham passado pelo menos três anos longe de cargos nos Poderes Executivo e Legislativo. A quarentena está prevista em emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) à proposta de reforma do Judiciário, acolhida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a emenda, só poderão ser indicados ao cargo de ministro do STF cidadãos que não tenham exercido, nos três anos antes da escolha, mandato eletivo de presidente ou vice-presidente da República, senador, deputado federal, governador ou vice-governador de estado ou do Distrito Federal. Também ficarão de fora os que tenham ocupado, no mesmo período, cargo de ministro de Estado, presidente de conselhos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), procurador-geral da República ou advogado-geral da União.



Bernardo Cabral e Osmar Dias presidiram reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

— O que se pretende com a medida é retirar qualquer cunho político das indicações dos novos ministros do Supremo — explicou o relator da proposta de reforma e presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Romero Jucá (PSDB-RR), representante da liderança do governo na comissão, ponderou que o fato de ministros indicados terem exercido outros cargos deveria contar a favor da indicação, e não contra ela. O autor da emenda, por sua vez, lembrou a necessidade de se afastarem suspeitas a respeito do comportamento dos

futuros integrantes do STF. “Os ministros do Supremo não podem ser encarados, justa ou injustamente, como uma espécie de líderes do governo”, disse Dutra.

Foram apreciados 35 destaques à proposta de reforma. A votação dos destaques será retomada na próxima quarta-feira e concluída em uma ou duas semanas, de acordo com o senador Osmar Dias (PDT-PR), que presidiu a parte da reunião em que ocorreram as votações dos destaques. A reforma poderá ser apreciada em Plenário até abril, segundo previsão de Romero Jucá.

Maldaner critica acordo para vender Banco de Santa Catarina

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) condenou ontem a possível venda do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). Em comunicação inadiável, ele informou ao Plenário que o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, esteve em Brasília e acertou



Maldaner aponta violência contra o patrimônio público

com o Banco Central o leilão do Besc para junho deste ano.

— Com tanta violência no Brasil, Santa Catarina está por cometer uma violência contra o patrimônio público estadual — afirmou.

De acordo com o parlamentar, “sabe-se nos bastidores” que o governo federal irá injetar no banco R\$ 2,3 bilhões de reais, “a pretexto de seu enxugamento”,

enquanto o preço de venda não deverá passar de R\$ 500 milhões.

— Os catarinenses ficarão sem o banco e com uma conta a pagar no valor de R\$ 1,8 bilhão. Temos de denunciar isso. O governo do estado se acocora, consente em que se pratique esse ato de violência contra nossa terra, contra nossa gente — disse.

Maldaner lembrou que o banco tem agências em todos os 293 municípios do estado. Com a venda do Besc, previu o fechamento de muitas delas.

— Os aposentados terão de ir buscar seu dinheiro em outra cidade, porque em muitos municípios não haverá agência nenhuma — alertou o senador.

Líderes vão ao TSE questionar mudança nas regras das coligações partidárias

O presidente do Senado, Ramez Tebet, e os líderes partidários visitaram na noite de ontem o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim. O objetivo da visita foi transmitir a opinião unânime do presidente do Congresso e dos líderes, contrária à resposta dada por ministros do TSE a uma consulta sobre coligações partidárias. Em entrevistas à imprensa, ministros indicaram a intenção de proibir os partidos políticos de fazerem coligações no âmbito dos estados diferentes das coligações que venham a realizar para as eleições presidenciais. Não há decisão oficial nesse sentido.

Os líderes reuniram-se com Tebet no final da tarde para debater o assunto e decidiram encontrar pessoalmente Jobim. Tebet observou que as leis regem as eleições e que o Tribunal Superior Eleitoral apenas dá instruções. Dessa forma, no seu entendimento, as

regras para as eleições gerais de 2002 seriam as mesmas do pleito de 1998. Após a reunião de líderes, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que os senadores não querem interferir nas decisões do tribunal. “Mas os ministros devem deliberar sabendo que existe um clima de apreensão em relação a essa decisão”, disse.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que a indefinição causada pelas entrevistas recentes de ministros do TSE está causando intranquilidade entre os líderes partidários. “Justamente para evitar essa situação a lei eleitoral determina que modificações na legislação têm que ser feitas com um ano de antecedência”,



Jefferson: “Ministros devem saber que existe clima de apreensão”

observou. Na reunião com Ramez Tebet, os líderes trataram também de definir os projetos prioritários em tramitação nas comissões.

PRIORIDADE

Ramez Tebet afirmou ontem, em entrevista, acreditar que os partidos têm direito de fazer coligações no âmbito dos estados diferentes das coligações que venham a realizar para as eleições presidenciais.

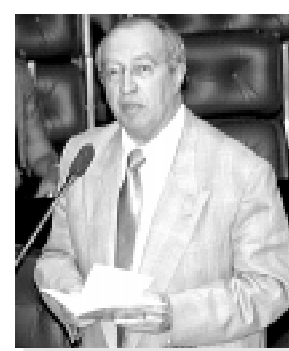
Sobre a luta contra a violência, Tebet afirmou ainda que os projetos prioritários serão definidos pela Comissão Mista de Segurança. “Instalamos a comissão e os membros agora escolherão os projetos que serão enviados às Mesas da Câmara e do Senado para serem votados o mais rápido possível”, destacou.

Alcântara elogia documento da CNBB sobre as eleições

O documento em que a CNBB oferece propostas para reflexão a respeito das eleições de 2002 é da maior importância para o processo eleitoral brasileiro, porque chama atenção para o conteúdo ético da política, afirmou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Ao divulgar o documento em Plenário, o parlamentar considerou a iniciativa extremamente importante para aprimorar o processo eleitoral brasileiro. No documento, disse, a CNBB faz um compêndio sobre a importância das eleições e do componente ético-social de que se reveste a política e que deve estar presente em todos os seus momentos.

— Interessante salientar que esse é um documento que procura



Alcântara: documento ressalta importância do processo eleitoral

chamar a atenção para o conteúdo ético da política e que de maneira nenhuma é uma interferência religiosa na vida leiga, na vida civil. São normas gerais de conduta, reflexão, apreciação, sistematização de temas que são importantes para o país nesse processo — afirmou o senador.

Lúcio Alcântara disse que o mesmo documento concita os partidos políticos, os candidatos, as organizações sociais e os chamados movimentos de fé e política a refletirem sobre a importância do processo eleitoral e do significado que ele tem nas eleições. O senador considerou o documento um instrumento valioso para auxiliar numa escolha judiciosa por parte do eleitorado.